

Conhecimento e análise em “Propositional knowledge” de Ernst Sosa

Knowledge and analysis in
Ernst Sosa’s “Propositional knowledge”

João Carlos Salles
Universidade Federal da Bahia

RESUMO

A obra de Ernest Sosa apresenta versões diversas da análise do conhecimento, tendo por ponto de partida o problema de Gettier. Tendo por pressuposto que o conjunto de trabalhos de Sosa perfazem uma obra, dotada de método e *démarche* característicos, além de enfim configurar uma posição singular no cenário epistemológico contemporâneo, pretendemos apresentar a evolução de versões da análise anteriores à sua epistemologia das virtudes, com atenção especial para o texto “Propositional Knowledge”, de 1969. Assim, refletindo especialmente sobre a especificidade e a relação intrínseca entre as noções de ‘análise’ e ‘conhecimento’ no movimento da obra de Sosa, será possível mostrar condições formais e as dificuldades argumentativas que solicitam a introdução de virtudes intelectuais na definição de conhecimento, bem como antecipar desafios que tornam a epistemologia das virtudes um dos mais produtivos programas de investigação da epistemologia contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE

Ernest Sosa, Gettier, Conhecimento, Análise, Virtudes intelectuais.

ABSTRACT

Ernest Sosa’s work has several versions of analysis of knowledge, having as a starting point Gettier’s problem. From the assumption that a set of Sosa’s works amount to a body of works with its own particular method and *démarche*, in addition to configuring a singular position in the contemporary epistemological scene, we intend to present the evolution of versions of previous analysis to his epistemology of virtues, with special attention to the text “Propositional Knowledge”, in 1969. Thus, considering the specificity and intrinsic relation between the notions of ‘analysis’ and ‘knowledge’ in the movement of Sosa’s work, it will be shown the formal conditions and argumentative difficulties that require the introduction of intellectual virtues in the definition of knowledge. We hope as well to anticipate the challenges that make the epistemology of virtues one of the most productive programs of investigation of contemporary epistemology.

KEY WORDS

Ernest Sosa, Gettier, Knowledge, Analysis, Intellectual Virtues.

1.

O método platônico poderia ser descrito como um procedimento analítico. Tal leitura não seria nova, nem chega a ser extravagante. Segundo essa narrativa, noções comuns seriam subtraídas ao uso corrente e submetidas a um esclarecimento dialético — digamos, a noção de ‘conhecimento’, no *Teeteto*, ou a noção de ‘amor’, no *Banquete* —, sendo depuradas pelo confronto com exemplos e contraexemplos que, sem serem satisfeitos por elas, ultrapassariam as definições usuais. Por outro lado, um procedimento analítico qualquer bem poderia ser visto como uma purgação terapêutica, por meio da qual o inquiridor e o inquirido se reconciliariam em uma verdade da qual se viram apartados. De todo modo, como quer os descrevamos, seja como uma elevação, seja como um trato direto com o sensível, esses movimentos de análise e terapia têm em comum o serem ambos conceituais e estarem embebidos da articulação entre lógica e experiência.

A aproximação não é pacífica. A terapia gramatical costuma rejeitar a tradição analítica, que, por sua feita, simplesmente a ignora. A análise, afinal — pode reagir um bom wittgensteiniano —, confundiria o lógico e o empírico, como se aspectos causais e os fatos chamados a prestar testemunho lhes diminuísse uma distância que, ao contrário, deve ser mantida a todo custo, porque de natureza e não meramente de grau. Por outro lado, para os analíticos, a terapia teria sabor estranho, por sempre separar o que uma boa ciência deveria aproximar.

Não obstante diferenças irreconciliáveis, e para além de suas verdades e erros recíprocos, acreditamos haver boas razões para uma aproximação entre esses campos e métodos, com o que a análise deixa de aplicar-se como técnica a qualquer caso, e também a terapia pode beneficiar-se desse exercício sutil e de seus bons exemplos. Decisivo para isso, acreditamos, é compreender a causalidade como um método a mais de organização da experiência (o que a desloca para além da funcionalidade técnica de uma procura de contraexemplos), bem como reconhecer no método terapêutico uma forma de análise ou esclarecimento conceitual.

2.

Procuramos uma descrição, digamos, terapêutica das análises empreendidas por Ernest Sosa da noção de ‘conhecimento’. Afinal, suas análises são tão ricas que, para além de solucionarem um problema específico, perfazem o arco e traduzem o movimento de uma inteira obra filosófica. Para ver e acompanhar esse desenho, é preciso permitir à obra que ela mesma nos mostre os caminhos trilhados e as regras internas de sua *démarche*. E é esse movimento de Ernest Sosa, esse seu deslocar-se com estilo singularíssimo, que pretendemos exhibir, acompanhando as

mudanças e o enriquecimento progressivo de suas diversas análises ou definições de conhecimento em mais de cinco décadas de intenso labor conceitual.

Trata-se, portanto, de um projeto de largo espectro, dirigido ao conjunto de sua obra. Neste texto, porém, revisitando origens da epistemologia das virtudes, limitar-nos-emos a um passo inicial, qual seja, o de decifrar a ordem das razões que engendram versões de análise anteriores a “The Raft and the Pyramid: Coherence versus Foundations in the Theory of Knowledge”, de 1980, indagando em que medida delas brota, por seus méritos e ausências, a necessidade teórica de uma epistemologia das virtudes — à luz da qual, afirmará Sosa tempos depois, a solução para o problema da análise do conhecimento se mostrará “surpreendentemente simples” (Sosa 2011, p. vii).

Justificar uma aproximação entre terapia e análise pode parecer ocioso ou absurdo para quem se encontra tragado por uma tradição específica. Entretanto, é uma vindicação necessária para quem porventura se arrisque a deslocar-se de uma tradição a outra, tomando, por exemplo, o viés da terapia para fazer notar aspectos da relação entre ‘análise’ e ‘conhecimento’ em Sosa. Além disso, ao tratarmos o conjunto de trabalhos de Sosa como um *corpus* teórico (por sinal, com vitalidade incomum), também estaremos exercitando a leitura interna de um tecido coeso, retirando assim cada *paper* de seu contexto imediato de confronto argumentativo e conceitual, ou seja, de seu exclusivo diálogo com outros *papers*, mesmo sendo valiosa e necessária, em cada momento, sua procura quicá científica de soluções para problemas específicos. Com isso, nossa atenção se voltará mais para a urdidura de sentidos da obra do que para as verdades eventualmente alcançadas em cada etapa.

Se este programa de leitura é produtivo, apesar ou por causa dessa dupla estranheza de matriz teórica e de perspectiva de leitura, é algo que se deve mostrar, acreditamos, na atenção que votamos à obra *in fieri*. E deve mostrar-se com tal programa como a obra de Sosa, se for o caso, suporta bem nossa pergunta um tanto inusitada por sua unidade e estilo, quando flagrada em seu movimento de tornar-se ela mesma. Além disso, se temos razão, devemos também poder mostrar as condições de ruptura, por meio das quais a obra pôde transitar do anterior problema de Gettier para a nova dimensão aberta pela epistemologia das virtudes. De todo modo, ao não desconhecer o horizonte atual de problemas e soluções, nossa interpretação da obra não mais pode fingir o caminho originário de uma heurística, mas pode sim, sem fingimento, ir muito além de uma fria reconstrução retrospectiva.

3.

Nossa leitura valoriza o laço interno entre ‘análise’ & ‘conhecimento’, razão pela qual enfatizamos tanto sua conjunção.¹ Com a noção de ‘análise’ (esse vago procedimento de reescrita conceitual ou, mais simplesmente, de tornar claros e unívocos os significados de palavras correntes), poderíamos listar posições muito diversas, cuja identidade dificilmente cifraríamos em uma definição ou em preceitos metodológicos comuns, mas cuja semelhança de família se impõe, não sendo menos forte a semelhança por ser cada vez maior a variedade dos seres aparentados.

Para restringir a concorrência dissonante de vozes, preferiremos noção ou amostra oriunda do próprio exercício analítico tal como praticado por Sosa ou como resultante de menções explícitas à análise em sua obra. E, tanto em relação às noções de ‘análise’ quanto em relação às noções de ‘conhecimento’, veremos delinearem-se suas posições por seu confronto com alguns interlocutores privilegiados, não sendo menos importante a conjunção entre esses dois termos, o modo por que se determinam e solicitam reciprocamente, pois a análise em sua obra suscita questões de lógica epistêmica, como uma forma específica de lógica modal, e o conhecimento enquanto problema também sugere e cria o método de análise por que se determina.

Voltamo-nos, portanto, neste nosso texto, a uma amostra concreta da análise tal como realizada na própria obra de Sosa e em um momento especial, o de gênese da epistemologia das virtudes. Pretendemos, assim, descrever o movimento por que ele substitui por outras versões a definição de conhecimento elaborada em 1964, conquanto preserve alguns de seus traços.² Para tanto, é nosso propósito neste texto examinar, em especial, a versão melhorada presente em “Propositional knowledge”, de 1969 — versão que Sosa publica dizendo-a logo insuficiente, como se o movimento da análise, em sendo bem feito, se soubesse assintótico e devesse sempre ter e dar ciência de alguma falta, a solicitar e a propiciar um novo passo.

Sosa toma suas próprias elaborações como objeto de exame. É um traço de seu estilo. Por exemplo, em “Two conceptions of knowledge”, texto de 1970, Sosa critica a posição de Keith Lehrer, mas também e mesmo sobretudo sua própria

1 Com efeito, trata-se do projeto já anunciado de um livro, *Conhecimento & Análise: A epistemologia de Ernest Sosa*, de sorte que este texto, conquanto inteiro, não é elaborado como um artigo isolado, mas sim como primeira parte desse projeto.

2 Em “Epistemologia e Gramática Filosófica” (Salles 2016a) discutimos as características dessa primeira versão de Sosa de análise do conhecimento, feita em “The analysis of ‘knowledge that P’” (Sosa 1964), inclusive mostrando a importância de partes do texto original que foram supressas ao ser recolhido o texto em *Knowledge in perspective*.

posição antes expressa em “Propositional Knowledge”.³ Se em “Propositional Knowledge” ele apresenta sua análise com hesitações e reticências, embora com esperanças justificadas, a crítica é inclemente em “Two conceptions of knowledge”, aprofundando as insuficiências das versões anteriores e sinalizando então, sem ainda a formular, a nova estratégia de análise que apresentará em textos elaborados entre 1973 e 1974.⁴

A crítica é precisa. Entretanto, não obstante a hesitação e a crítica, “Propositional Knowledge” tem grande importância em uma reconstrução prospectiva da obra. Se temos razão, esta segunda versão da análise do conhecimento realizada por Sosa comporta um importante passo na gênese de sua epistemologia das virtudes, uma vez que, ao apresentar dificuldades relativas a uma análise que possa dar conta de contraexemplos de lembranças disjuntivas, aproxima-se da necessidade de apresentar positivamente o exercício de faculdades cognitivas como parte de uma definição satisfatória do conhecimento.⁵

Após 1964 e até 1974, quando publica “How do you know?”,⁶ as versões se sucedem, como se o movimento de análise lhes fizesse uma espécie de terapia conceitual.⁷ E, desse modo, ao tempo que participa de uma investigação coletiva, em diálogo com seus interlocutores (nesse tempo, E. Gettier, K. Lehrer, R. Chisholm e G. Harman), Sosa desenha um caminho singularíssimo. Por isso, as versões se apresentam cheias de esperança, inclusive pela clareza de sua precariedade, da falta daquela virada que logo configurará uma epistemologia das virtudes. E tal esperança materializa-se, enfim, quando a incorporação de virtudes intelectuais à definição de conhecimento passa a deslocar o labor filosófico para outro patamar, constituindo um campo deveras único, no qual sementes fecundas ainda nos convidam a uma boa colheita.

3 “Propositional Knowledge” e “Two conceptions of knowledge” não foram recolhidos em *Knowledge in perspective*.

4 Em especial, em “How do you know?”, escrito em janeiro de 1973 e publicado em 1974, mas também em “On our knowledge of matters of fact” (1974) e em “Standard conditions” (1973).

5 Em seguida, em um outro texto, daremos continuidade a nosso movimento de reconstituição das análises do conhecimento feitas por Ernest Sosa. “How do you know?” será o alvo central do nosso próximo texto, porquanto nos oferece outro importante ancoradouro provisório nessa jornada.

6 Cf. “How do you know?” (Sosa 1974). O texto está datado de 25 de janeiro de 1973.

7 Em nosso texto “Apresentação de ‘Obedience’, de Ernest Sosa” (Salles 2016b), procuramos descrever o movimento da análise como uma autêntica corrida de obstáculos e revezamentos de posições, na qual a mera técnica não tem preponderância, pois o horror lógico à ambiguidade não pode resultar em um afastamento do uso corrente e do campo aberto pela linguagem ordinária.

4.

O ponto de partida para o exame e análise da noção de ‘conhecimento’ será a insuficiência de sua definição tradicional como crença verdadeira justificada, tal como formulada por Edmund Gettier, que assim procurava unificar as definições anteriores:

S sabe que P, se e somente se:

- (i) P é verdadeira,
- (ii) S acredita que P, e
- (iii) S está justificado em acreditar que P. (Gettier 1963, pp. 121-123)

Poderia ter outra base a indagação de Sosa sobre o conhecimento. Em 1969, em “Propositional knowledge”, ele menciona as anteriores e conhecidas considerações de Bertrand Russell sobre ser fácil dar exemplos de crenças verdadeiras, e mesmo justificadas, que todavia não conformam conhecimento, com a dedução eventual de uma verdade a partir de justificada crença falsa. Também as referências futuras de Sosa a textos da coletânea *Knowing: Essays in the analysis of knowledge* indicam que viria a conhecer a conferência “Knowledge” (Roth & Gallis 1970), proferida por A. M. MacIver em 1958 e citada extensamente na coletânea, conferência que contém com clareza (além de traços a mais de elegância e erudição) uma crítica à definição tradicional do conhecimento em linha semelhante à depois formulada por Gettier, em 1963, com a apresentação adicional de interessantes considerações de MacIver sobre a lógica de ‘pensar’, ‘conhecer’ e ‘acreditar’.

Não pode, contudo, haver dúvida quanto à circunscrição inicial do problema epistemológico para Sosa, que é bastante explícito:

O que primeiro me conquistou em epistemologia foi o problema de Gettier, então recentemente publicado [...]. O problema de Gettier começou a preencher uma lacuna em minha formação, na qual não tinha tido curso algum de epistemologia. (Sosa 1991, p. ix)

Com isso, o interesse inicial é o da procura de uma análise satisfatória, capaz de apresentar as condições em separado necessárias e em conjunto suficientes para decidir o que, com pleno direito, pode ser considerado conhecimento. Na paráfrase sintética de Sosa, o desafio colocado por Gettier à definição tradicional resultaria da seguinte possibilidade:

Suponhamos que S tenha boa evidência para sua crença de que p, a

partir da qual ele deduz que $p \vee q$. Mas, sendo desconhecido para S, ocorre $(\sim p) \cdot q$. Nesse caso, são satisfeitas todas as três condições para haver conhecimento, tal como especificadas na visão examinada; não obstante, não estaríamos inclinados então a dizer que S *sabe* que $p \vee q$. (Sosa 1964, p. 1)

Uma análise correta, portanto, deve apresentar, positivamente, o que pode e deve ser considerado conhecimento, afastando ademais a possibilidade de a formação razoável da crença, como dirá depois, conter entre seus componentes essenciais “qualquer falsa pressuposição, suposição, presunção, pretensão, juízo, crença, ou algo do tipo”. (Sosa 1986, p. 75)

Sosa está entre os primeiros a publicar, com o texto “The Analysis of ‘Knowledge that P’”, uma proposta de análise capaz de superar o embaraço causado pelo problema de Gettier — uma tentativa de aperfeiçoamento que, com o otimismo de um jovem de 24 anos, dirá então ser a análise correta. E aqui sua vinculação à estrutura do problema não se deve à casualidade de um encontro inicial, pois ela se deve menos à formulação estrita de Gettier e mais à força dessa técnica de apresentação de contraexemplos como meio de elaboração conceitual.⁸ Entretanto, Sosa não será um prisioneiro a mais de Gettier. A pouco e pouco, sua análise se descola e introduz componentes inéditos, a ponto de não mais estar em seu horizonte a exclusiva apresentação das condições necessárias e suficientes para aceitarmos que um sujeito S saiba que P.

De todo modo, ressalvas feitas, Sosa inclui “The analysis of ‘knowledge that P’” como primeiro texto da primeira parte (“What is knowledge, and how is it possible?”) de *Knowledge in perspective*. Qual a razão, porém, de conservar esse texto, uma vez que a análise nele apresentada será radicalmente modificada ao longo da coletânea? Ora, ninguém melhor que Sosa para nos ensinar a ler sua obra e explicitar suas razões. Três traços, dirá ele, justificam sua inclusão. Em primeiro lugar, essa sua primeira versão da análise já distingue entre justificação interna e externa, sendo que ambas são necessárias para o conhecimento. Segundo, a análise sugere a importância do aspecto social do conhecimento e das inferências que

8 Técnica e estrutura de apresentação exemplificadas ao máximo em “Pressuppositions of empirical knowledge”, com o qual Sosa conclui a primeira parte de *Knowledge in perspective*, exatamente a parte destinada a perfazer uma análise de conhecimento, conformando-se em diálogo mais direto com o problema, tal como formulado por Gettier. Nesse texto, uma abordagem própria de conhecimento precisa dar conta de exemplos extravagantes, desafiadores, nos quais fracassa nossa pretensão de ter obtido ou de poder obter conhecimento. São eles os “estranhos casos” do ladrão mascarado, de Dr. No e Mr. Oui, da agulha e dos imãs, dos cocos flutuantes e o das bombas de fumaça.

o indivíduo isoladamente não possui. Enfim, a análise tem o mérito singular de incluir o aspecto sempre reversível do conhecimento, de modo que uma crença pode ser anulada por fatos adicionais, sendo esses aspectos importantes de uma visão, por assim dizer, externalista do conhecimento. Em suma, o texto prenunciaria elementos que, entretanto, só ficarão claros pelas formulações futuras, mostrando-se desde logo compatível com a necessidade de uma justificação interna (conforme com uma correta formação da crença) e também com uma justificação externa, em conformidade com a previsão de serem possíveis evidências novas e infirmativas. (Sosa 1991, pp. 10-11)

Conservado e negado esse primeiro texto, o movimento da análise prossegue, estando ele bastante afastado temporalmente do texto seguinte da coletânea *Knowledge in perspective*, em um intervalo (que julgamos carecer de cuidadoso exame) de quase dez anos. E trata-se de um salto deveras significativo, pois o texto “How do you know?”, conquanto ainda não apresente com toda clareza os traços positivos da solução própria do *virtue perspectivism* de Sosa, já se encontra no ambiente das posições mais maduras, ao incluir, por exemplo, como um aspecto fundamental da definição do conhecimento, a indicação explícita de que deva o sujeito do conhecimento “estar em posição de conhecer”. O salto, porém, sem a memória dos passos intermediários, seria abrupto; por isso, voltamo-nos agora a recuperar o movimento interno de negação das versões anteriores, que, segundo razões e dificuldades precisas, culminarão na versão, também provisória, de “How do you know?”, o segundo texto de *Knowledge in perspective*.

5.

“Propositional Knowledge” dá passos importantes, além de estabelecer uma atitude de progressiva investigação, de movimento doravante constante que dá conta de seus ganhos e dificuldades, como a solicitar novos capítulos a serem escritos. Como em filosofia nada é inocente, é digna de nota uma leve alteração nos termos da definição de conhecimento tradicional, apresentada agora como “true, evident belief”. Reforçam-se com a noção de ‘evidência’ (como correlata a ‘justificação’) um leve traço externalista e um traço bastante fundacionista na definição de conhecimento, quando conhecer passa a ser adquirir uma crença evidente e aceitar sua verdade. Uma proposição ser evidente para alguém é equivalente a esse alguém estar justificado ou ser razoável se aceita tal proposição. Para a evidência, concorrem agora dois elementos: Um conjunto de proposições

e regras epistêmicas relevantes⁹, com as quais (e nunca sem elas) os membros do conjunto tornam a proposição evidente para o sujeito.

Esses elementos, como analisaremos em um próximo texto, já apontam, de certa forma, na direção formulada em “How do you know?”:

S sabe que *p*, se e somente se:

- (i) *S* corretamente acredita que *p*, e
 - (ii) há uma árvore de conhecimento para *S* e a proposição de que *p*.
- (Sosa 1964, p. 122)

Além disso, agora com a cabeça um pouco mais levantada, Sosa situa o problema de Gettier em um conjunto de casos semelhantes, em relação aos quais pode perguntar pela verdade de suposições intermediárias e aceitar a falibilidade das “evidências” iniciais. E também mudam os interlocutores. Não mais separando enunciados básicos de não-básicos e, logo, estando fora do debate anterior com Michael Clark, Sosa confronta-se agora com a análise proposta por Keith Lehrer, que adicionava uma quarta cláusula, formulada no condicional, à definição do conhecimento como “true evident belief”.¹⁰

Lembra Sosa então que, dada a estrutura condicional da cláusula de Lehrer, ficaria nela implícita uma cláusula *ceteris paribus*; do contrário, alguma proposição inesperada poderia ser chamada a justificar o que se está inferindo. Entretanto, a implícita cláusula *ceteris paribus* deixa indefinido que outras coisas devem permanecer iguais, não havendo critério para se descartar o que pode ou não afetar a condição de *S* estar completamente justificado em acreditar no inferido. Pior, se o inferido é uma disjunção, tendo esta mais de duas proposições ($p \vee q \vee r$), a suspensão do juízo sobre a verdade ou falsidade de *p* (evidência de partida), estando mantidas iguais as outras coisas, permite a satisfação da definição de conhecimento apresentada por Lehrer, sem a garantia de termos conhecimento.

Tendo em conta sua noção de evidência, Sosa apresenta, agora com cautela, uma análise do conhecimento proposicional, indicando que ela talvez consiga superar as dificuldades do problema de Gettier:

9 Um exemplo de regra epistêmica seria: Se uma proposição é evidente e é evidente que sua verdade implica a verdade de uma segunda proposição, então a segunda proposição é evidente.

10 “Se *S* está completamente justificado em acreditar em alguma asserção falsa *p* que implica (mas não é implicada por) *h* [a proposição resultante da inferência], então *S* estaria completamente justificado em acreditar em *h*, mesmo se *S* supusesse que *p* é falsa”. (Sosa 1969, p. 34, parafraseando Lehrer 1965)

S sabe que p , se e somente se

- (i) p é verdadeira;
- (ii) S acredita que p ;
- (iii) p é evidente para S ; e
- (iv) há um conjunto de proposições verdadeiras que
 - (a) torna p totalmente evidente para S , e
 - (b) não inclui subconjunto algum epistemicamente falseador em relação a S e p . (Sosa 1969, p. 36)

A quarta cláusula de Sosa visa a garantir que a inferência não se assente em uma falsidade, uma vez que a simples dedutibilidade não transfere *eo ipso* evidência e verdade. A versão, além de cautelosa, é bem mais simples que a de 1964 e conta com uma sistemática substituição da ideia de justificação pela de evidência, tendo ainda, ao tempo que se enuncia, a sobriedade de reconhecer uma dificuldade que se lhe afigura incontornável, qual seja, a dificuldade de lidar com os casos de lembranças disjuntivas, em função das quais a percepção originária pode ter um elemento falseador, mesmo acertando ou sendo um bom guia para a ação. Nesses casos, não caberia admitir conhecimento, especialmente em se tratando de cegos para cores.

6.

A nova definição parece evitar os embaraços essenciais dos contraexemplos de Gettier, a saber: “(a) há um sujeito S que acredita em uma falsidade, f , a qual é evidente para ele; (b) dado o contexto amplo, o ser evidente para S a falsidade f ‘é essencial’ para o ser evidente para ele certa verdade v ; e (c) v é evidente para S ”. (Sosa 1969, p. 36) Entretanto, embora pareça dar conta muito bem dos contraexemplos gettierescos mais comuns, uma vez que “não inclui subconjunto algum epistemicamente falseador em relação a S e p ”, a nova análise não dá conta da formulação gettieresca de uma lembrança disjuntiva (*Ibid.*, p. 36). Assim, pode afastar o traço indesejável de uma falsidade ser essencial para a evidência de uma verdade (situação em que a crença em v não pode contar como um exemplo de conhecimento) e nos previne dos casos típicos, mas falha diante do contraexemplo de uma lembrança disjuntiva, pois essa lembrança, em sendo disjuntiva, pode não ser uma falsidade de fundamento, mesmo que falsa a percepção originária.

Procurou lembrar a capa de um livro para localizá-lo com mais facilidade em minha desarrumada biblioteca. Certamente, será muito útil lembrar que o livro seja azul ou verde, e não vermelho ou laranja. Tenho aqui uma boa técnica de separação e não um conhecimento originário. Essa instrução difusa será um bom

guia para a procura, pois, com ela, os olhos selecionarão melhor o que preciso ver. Mas, a bem dizer, sobretudo sendo um cego para cores, não estava na origem uma percepção verdadeira, se pensei ter visto talvez um verde e a capa enfim era azul. Tampouco a proposição de partida, como uma disjunção “a capa é verde ou azul”, seria falsa; ela seria mesmo verdadeira e, não obstante, não me deixaria mais próximo do conhecimento. A diferença agora é que a disjunção está na partida e não na chegada. Com isso, temos a verdade nas duas pontas da equação, mas não temos conhecimento.

Exemplo semelhante será citado em “Two conceptions of knowledge”, tendo por protagonista uma certa Miss Take, que se lembra de algo, para ela, marrom ou preto. Em “Propositional knowledge”, a personagem é Jones, que se lembra de estar seguro de ter visto um objeto marrom ou de estar seguro de ter visto um objeto preto. A definição proposta cobre os casos (protegendo-nos deles) de “alguém que tem crença evidente verdadeira, mas falha em ter conhecimento; alguém que falha assim porque a cadeia de justificação de sua crença tem um elo defeituoso”. (Sosa 1969, p. 38)

Ou seja, a versão de Sosa em 1969 dá conta dos tradicionais exemplos de Gettier, se lembramos serem eles bem exemplificados pela inferência da verdade de $p \vee q$, a partir da falsa suposição de que p seria evidente, quando de fato ocorre $\sim p \vee q$, mas porque $(\sim p) \cdot q$. Ora, dado p não ser mesmo evidente para S , uma vez que sua pretensa evidência resultava de um conjunto epistemicamente falho, S não estava justificado ou sendo razoável ao pressupor p .

Apesar, portanto, do mérito de afastar esses inconvenientes dos contraexemplos clássicos, “sérias dificuldades permanecem”. (Sosa 1969, p. 37) E a análise falha, de modo então incontornável, no caso da lembrança disjuntiva de Jones.

Aqui, esta lembrança correta e verdadeira é o começo da cadeia de justificação, uma cadeia que prossegue por uma série de elos fortes até a conclusão evidente e verdadeira de que o objeto era marrom ou preto. O problema é que, embora o objeto tivesse parecido e se pensasse que fosse marrom, ele era de fato preto! (Sosa 1969, p. 38)

Não será, porém, incontornável tal dificuldade por conta do pressuposto anterior de não ser falha a faculdade cognitiva, no caso, de percepção de cores?¹¹ Não estaria nesse ponto (nessa silenciosa presunção, associada à pressuposição

¹¹ “Se alguém sabe ele próprio estar seguro de ver que algo seja de certa cor e também que seja evidente para ele que as condições de percepção são normais, então é evidente para ele que a coisa é dessa cor.” (Sosa 1969, p. 37)

de serem evidentes as inferências decorrentes) o limite dessa versão da análise, ao tempo que, nela própria, elementos brotam para uma solução enfim mais simples e sofisticada? Essas questões, em verdade, não estavam colocadas, mas fica o registro, para posterior exame, da importância desse pressuposto.

É nosso dever interrogar a própria obra. O que a move? O que a faz deslocar-se com engenho, e com que arte? O que a leva ao passo decisivo da introdução das virtudes intelectuais como parte da noção de conhecimento. A técnica de produção e descoberta de contraexemplos mostra-se desafiadora, cobrando elevado preço do pensador, como se este, sem repouso, estivesse em seu elemento apenas se confrontado por desafios e dificuldades. Por isso mesmo, já em “Propositional knowledge”, Sosa identifica problemas na definição que apresenta. Menciona um “shortcoming” de sua análise, mesmo após procurar refiná-la, qual seja, o de não conseguir lidar com os casos incomuns como os de lembranças disjuntivas. E reafirma a dificuldade situando agora o problema da definição do conhecimento em um cenário filosófico mais amplo, deixando-se desafiar por demônios cartesianos e possíveis falhas nos instrumentos por meio dos quais sinalizamos para nós a presença do mundo. Também mostra possíveis circularidades patentes, muitas oriundas de clássicos problemas de indução, em destacar elementos relevantes como prévios, quando seria de desejar que fossem resultantes do bom exercício de nossa capacidade cognitiva.

7.

Em função do contraexemplo da lembrança disjuntiva, Sosa modifica a cláusula (iv), ainda provisória, dando-lhe outra redação:

- (iv) há um conjunto de proposições epistêmicas verdadeiras:
 - (a) que torna p totalmente evidente para S,
 - (b) que não inclui subconjunto algum epistemicamente falseador em relação a S e p,
 - (c) tal que a verdade da conjunção dos objetos de seus membros é, nesse contexto, uma condição causal suficiente para p. (Sosa 1969, pp. 40-41)

Ser um caso de conhecimento vai além da verdade e da justificação de uma crença. Logo, é preciso ter alguma garantia em relação à percepção originária.¹²

¹² Sosa procura elaborar melhor sua cláusula, mesmo continuando insatisfeito, pois acredita ser o caminho a identificação de elementos causais como definidores do conhecimento e capazes de diferenciar proposições por sua relevância epistêmica. Entretanto, parte do

Com isso, temos a abertura de importante campo de investigação, voltado à garantia (como dirá depois) de *sensitivity* do conhecimento e, portanto, com uma relação mais positiva de fundamentação — no caso, um vínculo causal ou entre a crença e seu objeto ou entre a evidência da crença e seu objeto; um vínculo que, embebido de evidência, venha a lastrear a justificação, de modo que ela não seja meramente formal.

A introdução de um elemento causal e da ideia correlata de uma regularidade, à semelhança das dificuldades relativas à justificação de raciocínios indutivos, corre o risco de supor resolvido o que ainda temos por resolver, em patente circularidade. Seria algo como introduzir um critério prévio de relevância nos argumentos indutivos por analogia, com o risco equivalente de uma *petitio principii*, uma vez que a identificação da relevância de um laço causal deveria resultar da indução e não ser um seu pressuposto, e conhecimentos e induções não têm apensadas apólices de seguro garantidoras de evidência. De todo modo, a introdução do vínculo causal, com a importância epistêmica a ele concedida, aponta na direção de uma apresentação substantiva da noção de conhecimento. Afinal, uma teoria negativa, na qual cláusulas *ad hoc* se sucedem, desviando-se de possíveis contraexemplos, não deixa de ser um poço sem fundo. Tal teoria pode dizer bem o funcionamento e a arte da justificação, mas termina por não definir ‘conhecimento’.

Nesse contexto, a procura imediata de uma nova formulação, embora ela não lhe pareça suficiente, explicita dificuldades e, a nosso ver, situa a procura de Sosa em outro campo. Primeiro, a procura de um vínculo causal equivale a destacar a relevância do que pode contar como justificação, no caso, a garantia de que os meios de conhecimento toquem mesmo o real e, assim, não estejamos engolfados em uma situação de sonho ou torpor, dessas que alimentam demônios cartesianos. A indagação sobre a sensibilidade do conhecimento supõe então a eficácia, no mínimo, de memória e percepção, inclusive para algum caminho que ultrapasse com confiança os limites do que percebemos ou lembramos. Procurar então um nexos causal entre capacidade cognitiva e os objetos de nossas crenças levar-nos-ia a aceitar o espelhamento entre nosso conhecimento e os traços mais amplos do mundo.

problema talvez esteja em um pressuposto então formulado, que supõe evidência, por exemplo, no exercício cognitivo com proposições básicas sobre cores. O pressuposto é explicitado por Sosa e, acreditamos, importante para uma posterior apresentação substantiva do exercício de uma faculdade como definidor disso que chamamos de conhecimento. De todo modo, a cadeia da justificação começa pelo exercício de uma faculdade, a percepção, recuperada por outra faculdade, a memória. É um começo promissor para, em breve, Sosa poder construir o sujeito do conhecimento a contrapelo da imagem de um Mr. Magoo, como esboçará em “How do you know?”.

Segundo, a reflexão desloca-se para questões relativas à sensibilidade (com farta reflexão e muitos exemplos em “Propositional knowledge” sobre medidores, *gages*), mas relativos também à segurança do que pode ser considerado conhecimento, de sorte que a análise do conhecimento abre campo para o debate de propriedades modais epistêmicas. Afinal, o conhecimento supõe um grau necessário de confiabilidade, uma vez que, caso dependente da reposição completa de cadeias causais, mostrar-se-ia uma impossibilidade, salvo para um “Compleat Physicist”, ou seja, para Deus. (Sosa 1969, p. 40) É sempre bom lembrar que conhecer é coisa humana; conhecer é confiar, pois implica ultrapassar o campo imediato de memória e percepção e também ter critérios para escolher os traços gerais a serem refletidos em procedimentos inferenciais. Entretanto, admite, mesmo a nova análise proposta mostra-se falha perante situações raras e bizarras, casos de “freaksish causal connection”, como os de lembranças disjuntivas. (*Ibid.*, p. 41)

E aqui, conquanto sagaz, pouco vale a consideração posterior, oriunda de Chisholm e Harman, de que seriam falsos contraexemplos os casos de lembranças disjuntivas e, assim, não precisariam ser evitados. (Sosa 1970, p. 64) Tais casos seriam excluídos pela nova definição, uma vez que não se começaria com uma verdade, mas sim com uma falsidade: “A falsidade *f* é a proposição de que ela [Miss Take] vira que algo era preto ou vira que algo era marrom”. (*Ibid.*) Ora, se não há um ver disjuntivo (ou seja, um estado ele mesmo ambíguo) e mesmo se podemos duvidar de uma lembrança disjuntiva, há sim um lembrar disjuntivo modalizado, um lembrar de ter tido evidência de ter sido dessa ou daquela cor o objeto antes percebido, pois este lembrar, assim modalizado, será proposicional. Se é falso que Miss Take tenha visto algo azul ou verde, não o será que ela lembre de ter seguramente visto algo azul ou verde. Assim, o debate posterior não diminui o peso do contraexemplo da lembrança disjuntiva, mas este tampouco pode retirar o brilho desse texto hesitante e deveras original, “Propositional knowledge”. E esta será a primeira e a mais séria dificuldade listada em “Two conceptions of knowledge” com que deve haver-se uma análise futura que se pretenda científica.

A análise deve doravante haver-se com modalidades epistêmicas, de modo que uma árvore de conhecimento (usando uma expressão futura) possa excluir subconjuntos falseadores, na configuração do que pode ser uma evidência para um sujeito. Essa, a primeira dificuldade, permanecendo pois o desafio de Miss Take. Enfrentará ainda a dificuldade mais técnica de produzir uma cadeia de justificação que estabeleça a interconexão entre proposições fundamentais, de modo que haja sustentação epistêmica não-falha nem vulnerável para o sujeito e a proposição a ser conhecida. Por haver um conjunto *A* em que *x* e *y* são evidentes (mas não auto-evidentes) e a evidência de um tornar o outro evidente, o conjunto

A não explica como *z* é evidente, mesmo que a evidência de *x* seja suficiente para a evidência de *z*. Também precisa enfrentar a terceira dificuldade de discernir em uma pirâmide ou em uma árvore do conhecimento os traços epistemicamente relevantes, de sorte que sejam afastados juízos falseadores, tendo em conta que a confiança em um mesmo contexto proposicional pode nos conduzir a verdades e falsidades.¹³

8.

Nesse ambiente, estamos a um passo de mobilizar o exercício de virtudes intelectuais como parte da definição do conhecimento. Entretanto, o salto só se torna óbvio após ter sido dado. Por enquanto, as questões apenas prenunciam e solicitam respostas que, em parte, serão dadas em “How do you know?”, outro passo importante na história da obra, conquanto ainda provisório e lacunar. O terreno estará propício com “How do you know?” e “On our knowledge of matters of fact”, mas a solução não é automática.

“How do you know?”, como debateremos em um próximo texto, comporta passos fundamentais para a gênese da singular resposta de Sosa, ao lado de “On our knowledge of matters of fact” e “Standard conditions”. Esses três textos contêm uma etapa decisiva da formulação, na qual Sosa, após mostrar insuficiências das respostas anteriores ao problema de Gettier, após ter submetido ele mesmo a resposta dada em “Propositional knowledge” (1969) a uma dura crítica, apresenta uma abordagem “simples e natural” ao problema, ao introduzir como chave da solução o ponto de vista do conhecedor, de um ser humano em posição e em condição de conhecer. Esse ser humano, que chega ao alvo e não apenas acerta, pois forma opiniões corretamente, não deixando de acessar informações, nem perdendo informações, é um sujeito por completo diferente de um Mr. Magoo, personagem capaz de atravessar um campo cheio de bombas, sem ao menos se dar conta disso.

Por sua feita, em “Propositional knowledge”, temos um pensador bastante maduro, voltado sobre si mesmo, consciente dos múltiplos aspectos mobilizados pelo problema, com a atitude serena de não diminuir qualquer dificuldade, mas a caminho de respostas inéditas. As objeções de detalhe solicitam paciência. São as que mais cobram elaboração e refinamento, podendo engendrar profundas reviravoltas. E, nesse espírito, a reflexão prossegue por esse caminho de detalha-

¹³ Em “Two conceptions of knowledge”, Sosa é firme: “Essas três dificuldades tornam evidente a inadequação da definição”, ou seja, de sua própria definição de conhecimento enunciada em “Propositional knowledge”. (Sosa 1970, p. 66)

mento do elemento causal que poderá discernir o que deva contar afinal como conhecimento:

Em vista disso tudo, não tenho escolha senão concluir com esperança adiada. Eu realmente quero dizer adiada, e não perdida, dado parecer-me plausível que uma condição causal mais ou menos complexa é o que nos falta em nossa explicação do conhecimento proposicional. (Sosa 1969, p. 42)

Referências bibliográficas

- GETTIER, E. L., “Is Justified True Belief Knowledge?”. In: *Analysis*, 23 (6), 1963.
- LEHRER, K. “Knowledge, Truth and Evidence”. In: *Analysis*, 25 (2), 1965.
- ROTH, M. & GALLIS, L. *Knowing*. Nova York: Random House, 1970.
- SALLES, J. C. “Epistemologia e Gramática Filosófica”. In: *Analytica*, 20 (1), 2016.
- _____. “Apresentação de ‘Obedience’, de Ernest Sosa”. In: *Analytica*, 20 (1), 2016.
- SOSA, E. *Knowing full well*. Princeton: University Press, 2011.
- _____. “The analysis of ‘knowledge that P’”. In: *Analysis*, 25, 1964.
- _____. “How do you know?”. In: *American Philosophical Quarterly*, 11 (8), 1974.
- _____. *Knowledge in perspective*. Cambridge: University Press, 1991.
- _____. “Presuppositions of empirical knowledge”. In: *Philosophical Papers*, 15, 1986.
- _____. “Propositional Knowledge”. In: *Philosophical Studies*, 20 (3), 1969.
- _____. “Two conceptions of knowledge”. In: *The Journal of Philosophy*, 67 (3), 1970.